

SUMÁRIO

Prefácio	15
Apresentação	17
Agradecimentos	25

Capítulo I

Derecho Penal y Lucha Antiterrorista en Colombia: ¿una historia fallida?, 27

ALEJANDRO APONTE

Presentación	28
1. 1980: tipificación inicial del delito de terrorismo	29
2. El terrorismo y la criminalidad organizada: marcos generales de criminalización	32
3. La legislación antiterrorista: la tensión entre dogmática penal y mera política	32
4. L “justicia sin rostro” en Colombia: una experiencia fracasada ..	34
4.1. Justicia penal de emergencia y criminalización indiferenciada	34
4.2. La extrema selectividad de la norma penal de emergencia: los avatares de la coyuntura política.....	35
4.3. La desestructuración dogmática de las normas penales antiterroristas	36
5. De la sanción por las múltiples “omisiones”	38
6. Sobre la autoreproducción simbólica de las normas penales de emergencia	41
7. More of the same y legislación antiterrorista: la historia interminable	42
8. El nuevo régimen procesal penal: ¿Hacia un derecho penal de la Constitución?	44
8.1. Origen del sistema penal acusatorio: la “lucha” contra el crimen organizado	46

8.2. De la lucha eficientista contra el crimen organizado, al derecho procesal penal como derecho constitucional aplicado	48
---	----

Capítulo II

*Os Desafios da Advocacia diante da Criminalidade Organizada
(limites para uma atuação ética conforme a legalidade), 51*

ALBERTO ZACHARIAS TORON

Capítulo III

*Os rumos da política criminal cinco anos depois do 11 de
setembro. Política criminal e dogmática penal: entre a
judicialização e a administrativização, 63*

HELENA REGINA LOBO DA COSTA

1. Alguns pontos de partida	64
2. Breves linhas sobre a relação entre Política Criminal e dogmática penal	69
3. Judicialização e administrativização	69
4. Em busca de soluções	72

Capítulo IV

*Política Antiterrorista da União Européia – efeitos sobre os
estrangeiros, 75*

MARIA SOLEDAD SAUX

Introducción	76
Conclusiones	131
Bibliografía	132

Capítulo V

Evolução dos Sistemas de Justiça Criminal diante da Criminalidade Mafiosa, 135

RAFFAELE DE GIORGI

Capítulo VI

Por uma Teoria Estratégica do Direito Penal Econômico (os contornos e desafios de uma moderna política criminal e dogmática penal à luz do jurisprudencialismo), 155

LUCIANO NASCIMENTO SILVA

1. Considerações introdutórias 156
2. O direito econômico e o direito penal econômico 157
 - 2.1 O histórico, definição e conceito e autonomia 166
3. O direito penal econômico: aspectos criminológicos 176
4. Os delitos de perigo: concreto e abstrato 182
5. O campo da responsabilidade penal: objetiva e subjetiva 198
 - 5.1. Da dicotomia: direito penal administrativo e direito administrativo penal 203
6. A teoria da definição das estruturas clássicas do direito penal em seu novo perfil 207
7. Os princípios constitucionais e a proteção dos bens jurídicos supra-individuais 209
8. Considerações conclusivas 221

Capítulo VII

O Equilíbrio entre a Eficiência e o Garantismo e o Crime Organizado, 225

ANTONIO SCARANCA FERNANDES

1. Introdução	226
2. O equilíbrio na Constituição Federal: a eficiência e o garantismo	228
3. O princípio da proporcionalidade e sua relevância na solução dos conflitos entre princípios constitucionais	232
4. O crime organizado no mundo, no Brasil e a suas características essenciais	234
5. O risco às garantias fundamentais em virtude da falta de definição legal de organização criminosa	236
6. O conhecimento da organização criminosa e a especialização da Polícia e do Ministério Público como fatores de eficiência	240
7. O crime organizado e a prova	241
8. Os meios de obtenção de prova não específicos: acesso a dados, documentos e informações fiscais, bancárias, financeiras e eleitorais	243
9. Os meios não específicos de obtenção de prova: a interceptação ambiental	246
10. Os meios específicos de obtenção de prova: a ação controlada	247
11. Os meios específicos de obtenção de prova: a infiltração policial	249
12. Regras excepcionais de produção da prova testemunhal	251
13. A colaboração processual e a delação premiada	253
14. Outras medidas	255
15. O excesso de prazo na prisão processual	256

16. Prisão e liberdade. Regime de pena.	260
17. Conclusões	262
Bibliografia	263

Capítulo VIII

Trata Internacional de Personas, 267

NATALIA BARBERO

Parte I

La Trata de Personas en el Ámbito Internacional, 268

Consideraciones Generales	268
1. Introducción	268
2. La Terminología	269
2.a. "Trata de Personas"	269
2.b. "Trafico Ilícito de Migrantes"	270
2.c. Uso indistinto actual	270
3. Formas de Trata de personas	271
4. Marco Legal General	272
5. La trata de esclavos	274
6. La trata de mujeres	275
6.a. Introducción	275
6.b. Causas, factores y consecuencias del delito	280
6.c. Responsabilidad de los gobiernos	282
6.d. Principios Internacionales	284
6.e. Enfoques de tratamiento del delito:	
el Control del Crimen	285
6.f. La Responsabilidad de los Estados según	
las Normas de Derechos Humanos	287
7. La trata de niños	290

Parte II

La trata de personas según el “Protocolo para prevenir, reprimir y sancionar la trata de personas, especialmente mujeres y niños”, 293

1. Antecedentes	293
2. Puntos más destacados del Protocolo	295
3. Análisis del texto del Protocolo	297
3.A. Principios generales	297
3.B. Definición de Trata de Personas	298
3.B.1. Definiciones actuales	298
3.B.2. Definición del Protocolo	301
3.B.3. Otros elementos del delito	303
3.C. Reglas aplicables al delito	304
4. Interpretación del Protocolo	308

Parte III

Conclusiones Finales, 310

Anexo – Prevención y Sanción de la trata de personas y asistencia a sus víctimas, 317

Capítulo IX

O Estado Democrático de Direito e o Terrorismo, 325

JOSÉ CARLOS GOMES

1. Conceito de Poder	327
2. Direitos Fundamentais	328
3. Teoria Quadrimensional do Direito	329
4. Origem Estrutural da Exclusão Social	330
5. Crime Organizado – Definição e contradições	330
5.1. Conceito Doutrinário	330

6. Inteligência da Estrutura das Organizações de Crime Organizado	331
6.1. Origem e Estratégia	331
6.2. Origem das Organizações Criminosas no Brasil	332
7. Definição de Terrorismo	336
7.1. Tipos de Terrorismo.....	336
7.2. A nova visão do Terrorismo.....	338
7.2.3. Características do novo Terrorismo	338
8. Análise comparativa entre terrorismo de Estado e o Novo Terrorismo	343
8.1. Conseqüências no Estado Democrático de Direito	343
9. Terrorista: Psicopata ou Herói	344
9.1. Interpretação psicanalítica de sua ação	344
9.2. Interpretação psicológica dos seus efeitos	344
10. Paralelo entre PCC e Al Qaeda	345
10.1. Semelhanças entre PCC e Al Qaeda	346
11. Comentários e análises sobre o discurso de líderes da facção PCC – Primeiro Comando da Capital	347
12. Soluções para o combate ao crime organizado do PCC	350